

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO N.º                      , DE 2005.**

(Do Sr. Geraldo Thadeu)

Solicita a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social, a fim de discutir a mortalidade infantil na população indígena do estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno que, ouvido o Plenário, se digne de adotar as providências necessárias à realização de audiência pública conjunta, a fim de discutir, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, a mortalidade infantil nas reservas indígenas do Mato Grosso do Sul.

Sugerimos que sejam convidados representantes das entidades relacionadas abaixo:

1. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
2. Valdir Camarcio Bezerra, Presidente da Fundação Nacional de Saúde.
3. Sérgio Wanderly Silva, Secretário de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária do Mato Grosso do Sul.
4. José Laerte Tetila, Prefeito de Dourados.
5. Fernando da Silva Souza, membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Dourados.
6. Zelik Trajber, médico do Programa de Saúde Indígena de Dourados.
7. Saulo Ferreira Feitosa, Vice-Presidente do Conselho Indigenista Missionário.

Sala da Comissão, em 16 de março de 2005.

DEP. GERALDO THADEU  
PPS/MG

**Justificação**

A situação da saúde dos povos indígenas no Brasil é frágil. Embora precários, os dados disponíveis indicam taxas de morbidade e mortalidade três a quatro vezes maiores que aquelas encontradas na população brasileira em geral. O alto número de óbitos sem registro ou indexados sem causas definidas confirmam a pouca cobertura e baixa capacidade de resolução dos serviços disponíveis.

A região de Dourados, ao sul do Mato Grosso do Sul, tem uma taxa de mortalidade infantil de 64 óbitos para cada mil nascidos vivos e está bem acima da já alta taxa brasileira, que é de 24 para cada mil nascidos vivos. O Conselho Distrital de Saúde Indígena daquela localidade vem alertando, já há algum tempo, um problema antigo vivido pelas aldeias indígenas: a fome e a morte de crianças em um dos maiores pólos agrícolas do Brasil.

Em 2004, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, o estado de Mato Grosso do Sul produziu 241,1 mil toneladas de arroz; 493,3 mil toneladas de mandioca; 2,3 milhões de toneladas de milho; 32,2 mil toneladas de feijão e 3,2 milhões de toneladas de soja, destinadas, principalmente, à exportação. Mas a distribuição desigual de riquezas, somada à má destinação de recursos para ações sociais vem contribuindo para que a miséria se alastre no nosso estado, sobretudo nas aldeias indígenas.

Os índios apontam vários fatores para a desnutrição, que estaria ligada não somente à falta de alimentos, mas ao alcoolismo, à falta de terras, ao desemprego e aos programas de governo e do município que demoram para ser efetivados, como a construção de casas e o acesso à rede de abastecimento de água nas aldeias.

Em síntese, as precárias condições de vida e desigualdades sociais são consideradas as causas para uma das mais baixas médias de esperança de vida ao nascer (38,5 anos para homens e 40,5 anos para mulheres). A população indígena no Brasil, apesar de muito heterogênea apresenta, portanto, um perfil muito mais doente que o da população nacional.

Diante da evidente necessidade de intervenção nas ações da política indígena brasileira, por meio da correção de diferentes distorções que vêm sendo constatadas, contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação desta relevante proposição.

Sala das Comissões, em 16 de março de 2005.

**Deputado Geraldo Thadeu**  
**PPS/MG**